



i

30-12-2013

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 80000

Temática: Economia

Dimensão: 2877

Imagem: S/PB

Página (s): 1/14 a 17

**CONSELHO
DA EUROPA DIZ
QUE POLÍTICAS
DE AUSTERIDADE
ESTÃO A ATENTAR
CONTRA OS
DIREITOS
HUMANOS**

// PÁGS. 14-17



ZOOM //

Conselho da Europa quer mais direitos humanos na austeridade

Relatório defende que a Carta Fundamental deveria ser uma das condições necessárias à obtenção de empréstimos internacionais. E quer uma cooperação acrescida entre os Estados no combate à fuga e evasão fiscal para libertar recursos para apoiar cidadãos

TEXTOS *Margarida Bon de Sousa*
FOTOGRAFIA *Rodrigo Cabrita*

i

30-12-2013

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

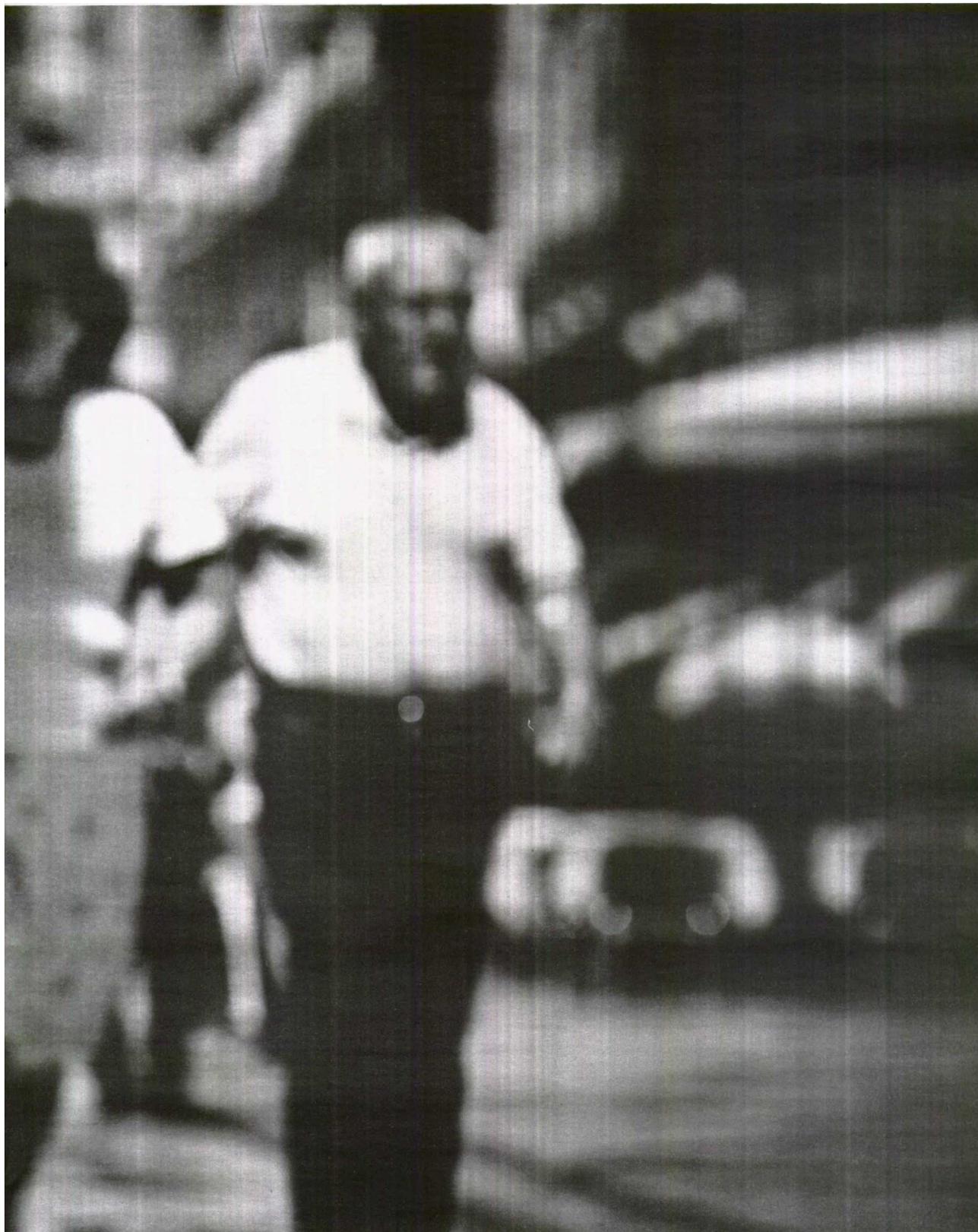
Tiragem: 80000

Temática: Economia

Dimensão: 2877

Imagem: S/PB

Página (s): 1/14 a 17



Depressão na Europa não é igual para todos. Pobres sofrem muito mais

As medidas de austeridade começam a ser vistas como um verdadeiro atentado aos direitos do Homem

MARGARIDA BON DE SOUSA

margarida.bondesousa@ionline.pt

Os países estão a viver a mais profunda recessão desde a Segunda Grande Guerra, é a constatação de um relatório do Conselho da Europa que acusa as políticas de austeridade de serem um atentado aos direitos humanos das populações mais pobres. Segundo o documento "Salvaguardando os direitos humanos em tempos de crise", o que começou por ser um colapso do sistema financeiro global, em 2008, transformou-se numa nova realidade depressiva em que a austeridade ameaça todos os que ao longo das últimas seis décadas implementaram políticas de solidariedade social e de expansão da protecção dos direitos humanos. O novo enquadramento tem exacerbado as consequências nefastas para os cidadãos a nível mundial, em particular os mais vulneráveis, já a braços com níveis recordes de desemprego.

Por isso mesmo é urgente que os governos dos vários Estados adoptem formas de quantificar o impacto das suas decisões nos direitos humanos, em particular as que decorrem das instituições financeiras internacionais, que nalguns casos estão a impedir que os países invistam em programas essenciais para a protecção social, a saúde e a educação. Noutros casos, a fiscalidade inibe os governos de utilizarem todas as ferramentas ao seu alcance, sobretudo pela necessidade de cumprirem as metas do défice e da dívida pública, o que faz com que a recuperação económica para todos os europeus passe para um plano secundaríssimo. Finalmente, a evasão fiscal é também considerada como um dos combates prioritários para alocar recursos que garantam aos europeus viverem de uma forma condigna.

Estas são algumas das principais conclusões de um estudo divulgado pelo Conselho da Europa sobre o impacto das medidas de austeridade nos direitos humanos, o qual conclui que os danos da depressão se fazem sobretudo sentir nos grupos mais desfavorecidos, como os jovens e as famílias de menores recursos, "que têm sido atingidos de maneira

desproporcional". Os relatores do documento prevêem mesmo que as autoridades centrais e locais, em particular as estruturas nacionais ligadas à defesa dos direitos do Homem, tenham de intervir para garantir a protecção de tudo aquilo que ainda há bem poucos anos era considerado como património inalienável da União Europeia.

SOCIEDADE CIVIL O papel da sociedade civil na tomada de consciência desta nova abordagem é realçado no relatório do conselho publicado este fim-de-semana. "Confrontadas com a mais profunda recessão desde os anos 40", refere o papel que tem a chancela do comissário do Conselho da Europa para os direitos humanos, Nils Muizniek, "As instituições que defendem os direitos humanos na Europa começam a responder à crise, promovendo e protegendo os direitos das pessoas. Várias delas têm chamado a atenção do público e dos media para a situação dos mais prejudicados pelas políticas de austeridade, no sentido de estabelecerem a noção de que é obrigatório haver directivas dos vários governos para defenderem os direitos económicos e sociais em tempos de crise".

REVER AS AJUDAS DA TROIKA A receita de Nils Muizniek é complexa de executar mas simples nos princípios que enuncia. No fundo, os países deveriam ser obrigados a provar que as medidas que adoptam vão de encontro à Carta Fun-

damental dos Direitos do Homem. Mais. Esta correlação deveria ser uma condição *sine qua non* para que os Estados que o integram possam aceder aos empréstimos internacionais. O processo, defende o relatório, deveria ser acompanhado por diversas instituições, incluindo da União Europeia, como a Comissão, o Conselho e o Parlamento, que deveriam consagrar este princípio em novos tratados. Os actuais pacotes de resgate deveriam igualmente ser revistos no sentido de integrarem a defesa dos direitos do Homem.

"Muitas vezes em todos estes países os recursos são severamente enfraquecidos como resultado de evasão fiscal transfronteiriça", refere o documento. "Ao impedirem os governos de mobilizarem estes recursos, estas infrações prejudicam a capacidade dos Estados para atender às suas obrigações para com os direitos do Homem".

O Conselho da Europa insta ainda os Estados membros a aprofundar a cooperação em matéria fiscal para garantir que nenhum deles infrinja a capacidade dos restantes de mobilizar os recursos necessários para o cumprimento dos direitos humanos através da tributação das pessoas singulares e colectivas.

"A cooperação", defende o documento, "deve ser realizada no âmbito do Conselho da Europa e da Convenção da OCDE sobre Assistência Administrativa Mútua em Matéria Fiscal". O Grupo de Estados contra a Corrupção (GRECO) e a Convenção do Conselho da Europa relativa ao Branqueamento, Detecção, Apreensão e Perda dos Produtos do Crime e Financiamento do Terrorismo são também fóruns classificados de úteis para a cooperação internacional na abordagem deste tipo de problemas.

O relatório refere ainda que os compromissos em matéria de direitos humanos dos países que integram o Conselho da Europa, o qual representa 800 milhões de pessoas de 47 Estados, levam a que seja necessário revigorar urgentemente o modelo social europeu, que sempre foi fundamentado e se baseou na dignidade da pessoa humana, na solidariedade intergeracional e no acesso à justiça para todos.

Citações

"As crises económicas e financeiras têm um efeito desproporcional junto das pessoas que vivem na pobreza e que têm de enfrentar riscos acrescidos devido à instabilidade macroeconómica"

"Nestas circunstâncias, os Estados devem proteger os direitos humanos e assegurar que o remédio previne futuras crises através de uma regulação efectiva e da transparência financeira"

"Os governos nacionais estão condicionados por decisões externas que fogem ao seu controlo"

"Salvaguardando os direitos humanos em tempo de crise"

CONSELHO DA EUROPA

Metas do défice e da dívida pública comprometem medidas de apoio aos cidadãos



Direitos humanos relegados para segundo plano face às políticas de austeridade

Crise está a obrigar milhares de crianças a deixar a escola para trabalharem e ajudarem as famílias

●●● Os governos europeus que estão a impor a austeridade esquecem as suas obrigações para com os direitos humanos, incluindo os direitos sociais e económicos dos mais vulneráveis e a necessidade de garantirem o acesso à justiça e ao direito à igualdade de tratamento. Infelizmente, os credores internacionais também não incorporaram estes direitos nos seus programas de assistência. A constatação é de Nils Muiznieks, o comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa, que exprimiu esta posição durante a apresentação do estudo sobre o impacto da crise económica e a protecção dos direitos humanos. O comissário defendeu que as medidas de austeridade estão a minar os direitos humanos em vários aspectos. "As decisões nacionais sobre medidas de austeridade e os planos de socorro internacional caracterizam-se por uma falta de transparência, participação pública e responsabilidade democrática", disse. "Nalguns casos, as condições muito restritivas impõem aos governos o desinvestimento em programas chave para a protecção social, saúde e educação. Quando a UE, o actor central da crise, toma decisões sobre a governação económica dos seus Estados, e quando a troika define as condições dos acordos de resgate, o impacto na saúde dos direitos humanos deve ser tido em maior consideração".

Nils Muiznieks acrescentou que a crise económica tem tido consequências muito graves para os grupos mais vulneráveis, em particular as crianças e os jovens. "O desemprego jovem atingiu um nível recorde na Europa. Actualmente há milhões de pessoas desta faixa etária que têm o futuro comprometido. O corte nos abonos de família e nas dotações para a saúde e educação causam as maiores dificuldades em milhares e milhares de famílias. As crianças deixam a escola para trabalhar e ajudar em casa, podendo sofrer a vida inteira por esta interrupção na educação", disse ainda o comissário. "Isso faz com que aumente a precariedade do emprego e haja um ressurgimento da exploração do trabalho infantil". M. B. S.

Em tempos de crise, são os mais desfavorecidos os primeiros a cair

RODRIGO CABRITA